



Comissão Arco Atlântico

Declaração política “Comillas 2018”

Mensagens da Comissão Arco Atlântico aos responsáveis europeus

As Regiões da Comissão Arco Atlântico (CAA) da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM) estiveram reunidas em Comillas (Cantabria – Espanha) nos dias 14 e 15 de junho de 2018 no âmbito da sua 29^a Assembleia-Geral anual. Por esta ocasião, as Regiões membros adotaram a Declaração política “Comillas 2018” dirigida aos responsáveis europeus e nacionais.

A presente declaração recorda os compromissos assumidos pela Comissão Arco Atlântico desde a sua criação em 1989, a saber, um desenvolvimento equilibrado da União Europeia que dê mais atenção às Regiões periféricas marítimas. Num contexto em que se avizinham profundas mudanças para a União Europeia, a Comissão Arco Atlântico insiste agora mais do que nunca na necessidade de promover uma visão ambiciosa do projeto europeu mais próxima do cidadão.

Com efeito, com a publicação a 2 de maio de 2018 do futuro Quadro Financeiro Plurianual (QFP), a Comissão deu a conhecer as suas prioridades e as modalidades de financiamento para os sete anos do próximo período de programação 2021-2027.

Este documento traduziu-se posteriormente em diferentes propostas legislativas, com a publicação a 29 de maio do regulamento FEDER, do Fundo de Coesão e do Regulamento Geral sobre a Política de Coesão, seguida a 30 de maio pela publicação do Regulamento FSE e a 6 de junho do Regulamento FEMP e do Regulamento MCI. Para as Regiões do Arco Atlântico o impacto territorial, social e económico de todos estes Regulamentos será significativo tanto na capacidade de investimento como na governação dos fundos europeus.

Além disso, as negociações sobre o Brexit abrem uma brecha no projeto europeu. A saída do Reino Unido da União Europeia, que atualmente está prevista para março de 2019, trará consigo importantes desequilíbrios. Para as Regiões da Comissão Arco Atlântico é motivo de grande preocupação a ausência de legibilidade em matéria de implementação das políticas europeias na fachada atlântica, especialmente a Política Comum das Pescas (PCP), a Cooperação Territorial Europeia (CTE) e a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

Face a estes desafios, a Comissão Arco Atlântico identificou oito mensagens centrais que deseja transmitir aos responsáveis europeus na presente Declaração política “Comillas 2018”.

CPMR Atlantic Arc Commission

6, rue Saint-Martin - 35700 Rennes (FR)

Tel. +33 (0)2 99 35 40 60 // +32 (0)2 612 17 05 - Email: pauline.caumont@crpm.org

www.arcatlantique.org

I. Por uma visão ambiciosa do futuro europeu através de um Quadro Financeiro Plurianual (QFP) adaptado às necessidades dos territórios

No que diz respeito à proposta da Comissão Europeia para o futuro quadro financeiro 2021-2027, a Comissão Arco Atlântico:

1. **Acolhe com cautela** as propostas orçamentais apresentadas pela Comissão Europeia a 2 de maio de 2018. Embora o orçamento proposto pareça ter sofrido um aumento de 2% comparativamente ao período atual, os fundos executados em gestão partilhada, frequentemente administrados pelas Regiões, diminuíram consideravelmente: -8% para a política de coesão, -13% para o FEMP (ver quadro no anexo 1), o que preocupa as Regiões da Comissão Arco Atlântico.
2. **Recorda e subscreve** a mensagem adotada pela Mesa Política da CRPM em Patras a 8 de março de 2018 na sua posição política "[Visão da CRPM para um orçamento da UE pós-2020](#)". Para financiar as novas prioridades da União Europeia é necessário um orçamento ambicioso sem que tal se faça à custa das políticas com grande impacto territorial (coesão, transportes, pesca e política marítima integrada, ação climática, etc.).

II. Por uma Estratégia Atlântica que tenha em conta a dupla identidade atlântica marítima e territorial

No que diz respeito à implementação da Estratégia Atlântica, a Comissão Arco Atlântico:

3. **Sublinha** que o Brexit obriga a refletir sobre o futuro da Estratégia Atlântica e solicita aos Estados-Membros envolvidos que reforcem o seu compromisso em prol de uma estratégia sólida para o Atlântico.
4. **Recorda** que, apesar da saída do Reino Unido da UE, subsistem reptos comuns como a gestão dos recursos haliêuticos, a erosão costeira, a poluição marítima, os intercâmbios científicos, etc., que requerem um quadro estratégico europeu de ação comum e recursos financeiros destinados a apoiá-lo.
5. **Solicita** aos Estados atlânticos e às instituições europeias que reforcem a governação da atual estratégia marítima atlântica, permitindo ao Secretariado e a uma Região membro da Comissão Arco Atlântico participar no grupo diretor para a estratégia atlântica. A Comissão Arco Atlântico exorta a que sejam exploradas as possibilidades de evolução para uma estratégia macrorregional.
6. **Requer** que se inicie uma verdadeira reflexão no grupo diretor "*Atlantic Strategy Group*" (ASG) sobre os setores altamente estratégicos que exigem maior cooperação entre os territórios atlânticos. Estes setores deverão constituir a base do renovado Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica para que tenha em conta não só a evidente dimensão marítima, mas também a dimensão territorial do Arco Atlântico.
7. **Propõe** contribuir diretamente para identificar os referidos setores baseando-se na experiência acumulada nos seus diferentes grupos de trabalho e na sua proximidade ao território. Neste sentido, a Comissão Arco Atlântico sugere a organização de reuniões conjuntas entre o seu grupo de trabalho "Estratégia Atlântica" e o grupo institucional "ASG".

III. Por uma Política de Cooperação Territorial Europeia ambiciosa e adaptada aos espaços macrorregionais

No que diz respeito à Política de Cooperação Europeia (CTE), a Comissão Arco Atlântico:

8. **Insiste** na importância da CTE para todos os membros da Comissão Arco Atlântico e no seu verdadeiro valor acrescentado europeu. Com efeito, os programas Interreg permitem encontrar soluções para desafios que os atores ou as Regiões não teriam podido resolver isoladamente.
9. **Lamenta** a percentagem do orçamento atribuído à CTE que continua a ser muito modesto (2,5% do orçamento da Política de Coesão, cf. Anexo 2) nas propostas orçamentais do QFP, o que contradiz o princípio de que apenas as políticas de alto valor acrescentado europeu devem figurar entre as prioridades da União Europeia para o período posterior a 2020.
10. **Solicita** o incremento do orçamento destinado à cooperação territorial no espaço atlântico para responder mais cabalmente às prioridades do renovado Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica.
11. **Solicita** que sejam mantidos os programas de cooperação transfronteiriça marítima, internos e externos, para reforçar a cooperação territorial europeia nas nossas Regiões.
12. **Propõe** que os procedimentos para a elaboração do futuro Programa Operacional Espaço Atlântico sejam levados a cabo conjuntamente com a reestruturação do Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica.
13. **Apela** ao Reino Unido para que aproveite a oportunidade proporcionada pelo artigo 5º da proposta de Regulamento FEDER que permite aos atores britânicos continuar a participar nos programas de cooperação territorial, especialmente no Atlântico, em contrapartida de uma contribuição britânica para o orçamento desses programas.
14. **Sublinha** que a saída do Reino Unido vai reformular a cartografia da cooperação territorial, especialmente no Atlântico. A Comissão Arco Atlântico defende um espaço transnacional atlântico mais extenso.
15. **Defende** a manutenção de espaços de cooperação territorial transnacional que, apesar de não terem dimensão marítima, respondem aos reptos definidos e têm demonstrado a sua coerência e utilidade para solucionar desafios compatíveis com as prioridades da política europeia. A cooperação territorial nestes espaços é fundamental e deveria assentar em temas inerentes a estes espaços.
16. **Exorta** a Comissão Europeia a acompanhar com atenção a designação da autoridade de gestão do futuro programa Espaço Atlântico. A futura Autoridade de Gestão (AG) e o Secretariado Técnico Conjunto (STC) deverão ser suficientemente funcionais e experientes de molde a lançar rapidamente as primeiras convocatórias de projetos.
17. **Requer** um orçamento de assistência técnica suficiente e adaptado ao volume de trabalho gerado pelo aumento de candidaturas apresentadas pelos promotores de projetos (425 candidaturas na primeira convocatória de projetos do Espaço Atlântico para apenas 4 chefes de missão no STC).

IV. Por uma política das pescas mais próxima das comunidades costeiras e menos burocrática; por uma maior atenção às mudanças rápidas no setor da aquicultura.

No que diz respeito a questões relacionadas com a pesca e a aquicultura, a Comissão Arco Atlântico:

18. **Considera muito preocupante** a diminuição em 15% do orçamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEMP) na proposta de orçamento da Comissão Europeia para 2021-2027. A Comissão Arco Atlântico **reitera** o pedido das autoridades regionais de administrar diretamente as dotações do FEMP.
19. **Pede** à Comissão que contemple uma adaptação importante na aplicação da **obrigação de desembarque** prevista para 1 de janeiro de 2019, tendo em conta as dificuldades reais surgidas no terreno que os peritos não deixaram de acentuar (cf. [Seminário](#) organizado pelo Parlamento Europeu a 14 de maio de 2018 e [declaração de Vigo da Comissão Arco Atlântico](#)).
20. **Congratula-se** com a proposta do primeiro plano de gestão plurianual para as águas ocidentais que foi apresentado pela Comissão Europeia e reclamado pela Comissão Arco Atlântico. Este plano permitirá um maior grau de flexibilidade e de concertação com vista a estabelecer possibilidades de pesca compatíveis com o rendimento máximo sustentável, contribuindo ao mesmo tempo para manter os ecossistemas.
21. **Sublinha**, no âmbito das negociações do Brexit, a importância da gestão partilhada dos recursos haliêuticos entre o Reino Unido e a UE 27, especialmente nas águas ocidentais. O setor das pescas pode ser profundamente afetado pelo Brexit em termos sociais, económicos e ecológicos se não for gerido concertadamente.
22. **Recorda** a importância vital das Regiões no desenvolvimento da aquicultura europeia, especialmente no âmbito da implementação dos planos estratégicos plurianuais que os Estados-Membros deverão preparar antes de 2021. Neste sentido, **felicita-se** pelo relatório do Eurodeputado Carlos Iturgaiz (PPE, ES) de 24 de maio de 2018 "[Rumo a um setor europeu da aquicultura sustentável e competitivo: situação atual e desafios futuros](#)".
23. **Convida** a Comissão a impulsionar e apoiar o desenvolvimento da algocultura, setor com um alto valor acrescentado ecológico e económico para as Regiões do Arco Atlântico.

V. Por uma melhor conexão das Regiões atlânticas aos corredores da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T)

No que diz respeito à política europeia de transportes, a Comissão Arco Atlântico:

24. **Apoia a proposta da Comissão Europeia** (2018/0228 COD) na qual figura a extensão do corredor atlântico para os portos atlânticos, bem como a sua ligação ao corredor mediterrâneo. A Comissão Arco Atlântico solicita ao Parlamento Europeu e ao Conselho que aprovem prontamente este novo regulamento para que todas as Regiões afetadas possam beneficiar rapidamente destes complementos.
25. **Lamenta** que a Comissão Europeia proponha reduzir em 13% a dotação do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) para os transportes no orçamento da UE posterior a 2020 e solicita ao Parlamento Europeu que recomende o aumento deste orçamento.

26. **Toma nota** de que a proposta de regulamento MIE atribui elevada prioridade às ações relativas ao transporte inteligente e sustentável, mas **recorda** que as Regiões periféricas e atlânticas continuam a ter grandes necessidades de infraestruturas básicas para melhorar a sua acessibilidade e conectividade, particularmente nos portos. Estas necessidades têm muito mais importância nas Regiões que enfrentam reptos demográficos decorrentes do envelhecimento ou da escassa densidade da população.
27. **Chama a atenção** da Comissão para o facto de o MCI posterior a 2020 dever estar mais atento a uma repartição geográfica dos fundos mais favorável às periferias, dado que cerca de 90% das dotações do período atual estão concentradas nos corredores e na rede principal.
28. **Propõe** por isso que, para além do “valor acrescentado europeu”, se adote um novo critério de seleção que tenha em conta um “valor acrescentado periférico” que coloque em primeiro plano as necessidades de conexão das redes e centros logísticos não incluídos nos corredores.
29. **Congratula-se** com o facto de a versão atual do [Detailed Implementation Plan](#) das Autoestradas do Mar publicada em abril de 2018 defender as periferias e a inclusão do impacto do Brexit. A Comissão Arco Atlântico reivindica que tal se traduza efetivamente em apoios financeiros.

VI. Por objetivos ambiciosos em prol das energias marinhas renováveis no Arco Atlântico

No que diz respeito às energias marinhas renováveis (EMR), a Comissão Arco Atlântico:

30. **Apoia** a posição do Parlamento Europeu na atual concertação tripartida para que se incremente a quota de energia renovável no consumo de energia europeu até 35%, contra a Comissão e os Estados que propõem 27%. Um objetivo ambicioso que lhe parece mais necessário do que nunca para lutar contra as alterações climáticas que afetam especialmente as costas atlânticas.
31. **Pede**, conseqüentemente, aos Estados-Membros que se mostrem ambiciosos nos seus objetivos de implementação das energias marinhas renováveis, setor com alto potencial económico e industrial no Espaço Atlântico e fonte de empregos que não poderão ser deslocalizados.
32. **Sublinha** as necessidades dos atores para i) implementar políticas de reindustrialização para acompanhar as Regiões submetidas ao processo de mutação industrial inerente à transição energética e ii) contar com ajuda para reforçar nos territórios os novos setores industriais de energias marinhas renováveis de modo equilibrado apoiando-se na base industrial tradicional existente nas Regiões atlânticas.
33. **Solicita** aos Estados-Membros que incluam formalmente as Regiões atlânticas, elementos centrais da transição energética, na elaboração dos planos nacionais de energia-clima¹ previstos para o outono de 2018.
34. **Congratula-se** que a prioridade 2 da política de coesão posterior a 2020 seja consagrada às alterações climáticas e à transição energética; **pede** que o FEDER apoie

¹ Os planos nacionais são obrigatórios em virtude do Regulamento [Governança da União da Energia](#) de 17 de janeiro de 2018.

o desenvolvimento das energias marinhas renováveis permitindo passar com rapidez da fase experimental para a fase operacional.

35. **Regozija-se** que a Comissão Europeia proponha aumentar em 7% o orçamento do programa de investigação “Horizonte Europa”. A Comissão Arco Atlântico **apoia inteiramente** a criação de uma “Missão Oceano” no âmbito do programa Horizonte Europa que financie projetos marítimos. Esta “Missão Oceano” deve prestar especial atenção aos projetos na área das energias marinhas renováveis para que as tecnologias alcancem a fase de comercialização.

VII. Por um ambiente atlântico seguro e protegido

No que diz respeito às temáticas ambientais e climáticas, a Comissão Arco Atlântico:

36. **Apoia** a proibição pela Comissão Europeia dos plásticos descartáveis ou de utilização única (PUU), que na sua maior parte chegam ao mar, e **propõe** converter a luta contra o lixo marinho na “grande causa atlântica” para 2019. Neste sentido, a Comissão Arco Atlântico salientará os resultados do projeto [CleanAtlantic](#) cujo objetivo é melhorar a prevenção, a vigilância e a eliminação do lixo marinho no Espaço Atlântico.
37. **Solicita** aos Estados-Membros que redobrem de esforços na aplicação da Diretiva-Quadro “[Estratégia Marinha](#)” (DQEM), em particular no que diz respeito ao cumprimento do descritor 10 relativo ao lixo marinho. O cumprimento deste objetivo permitirá limitar o impacto dos resíduos nos ecossistemas marinhos e contribuir para o bom estado ambiental das águas marinhas.
38. **Saúda** a boa cooperação científica resultante de “[Galway Statement](#)”. A Comissão Arco Atlântico apoia o intercâmbio de boas práticas científicas através de todos os programas europeus, nos dois lados do Atlântico, destinados a mitigar as consequências das alterações climáticas nas Regiões costeiras. A Comissão Arco Atlântico sugere que a Estratégia Atlântica se converta no quadro pertinente para realçar os bons resultados conseguidos pelos diferentes projetos europeus e internacionais na matéria.

VIII. Por formações inovadoras e adaptadas ao tecido empresarial atlântico

39. **Congratula-se** com a iniciativa da Comissão Europeia de prestar especial atenção à formação marítima no âmbito da sua *New European Skills Agenda* e sublinha as oportunidades de crescimento e emprego que representam os setores da economia azul para as Regiões do Arco Atlântico.
40. **Defende** a participação das Regiões nas reflexões sobre um quadro estratégico europeu sobre formações azuis. Através das suas estratégias de desenvolvimento territorial, as Regiões são uma alavanca para a convergência das necessidades do setor privado e das formações marítimas. O projeto “[Blue Biotechnology Master for a Blue Career](#)” (BBMBC), iniciado no âmbito do grupo de trabalho “Inovação” da Comissão Arco Atlântico, é um exemplo cabal que importa reproduzir.

*Documento aprovado pela Assembleia-Geral da Comissão Arco Atlântico de Comillas,
14 e 15 de junho de 2018*

THE CPMR ATLANTIC ARC COMMISSION

WHO WE ARE: The [CPMR Atlantic Arc Commission](#) is the united voice of the Regions of the European Atlantic shores. Founded in 1989, we are a platform for policy-oriented cooperation with 15 Members from Portugal, Spain, France, Ireland and the United Kingdom. The Atlantic Arc Commission is one of the six Geographical Commissions part of the umbrella organisation Conference of Peripheral Maritime Regions made up of 150 Regions across Europe and beyond. The Atlantic Arc Commission benefits from the cooperation with other CPMR Geographical Commissions on common issues.

WHERE WE ARE: Based in Rennes and Brussels, the Secretariat of the CPMR Atlantic Commission has a double strategic location that offers the biggest added-value to liaise with the EU institutions and key Atlantic stakeholders at regional and EU level.

ANEXO I

MFF comparison							
MFF 2014-2020				Amount Differences	MFF 2021-2027		
	Share of total MFF	2018 prices EU28	2018 prices excluding UK		2018 prices	Share of total MFF	
Total MFF (in commitments)	100%	1 108 072	n/a	+2%	1 134 583	100%	Total MFF

MFF 2014-2020				Amount Differences	MFF 2021-2027		
	Share of total MFF	2018 prices EU28	2018 prices excluding UK		2018 prices	Share of total MFF	
CAP	37,6%	416 805	388 750	-17%	324 284	28,6%	CAP
European Agricultural Guarantee Fund (EAGF)	28,8%	319 240	296 493	-14%	254 247	22,4%	EAGF
European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD)	8,8%	97 565	92 257	-24%	70 037	6,2%	EAFRD
Cohesion	33,3%	368 658	359 893	-8%	330 642	29,1%	Cohesion
European Regional Development Fund (ERDF)	18,3%	203 184	197 089	+2%	200 622	17,7%	ERDF
Cohesion Fund (CF)	6,9%	76 487	76 487	-46%	41 374	3,6%	CF
European Social Fund (ESF)**	8,0%	88 987	86 318	+3%	88 646	7,8%	ESF+ ***
European Maritime Affairs and Fisheries Fund (EMFF)	0,6%	6 530	6 282	-13%	5 448	0,5%	EMFF
Asylum, Migration and Integration Fund (AMIF) **a	0,3%	3 202	2 828	+225%	9 205	0,8%	AMF

The comparison below does not exclude UK due to lack of comparable data

MFF 2014-2020				Amount Differences	MFF 2021-2027		
	Share of total MFF	2018 prices EU28			2018 prices	Share of total MFF	
Transport	2,2%	24 550	n/a	-13%	21 384	1,9%	Transport
of which :							
CEF Transport General envelope	1,2%	13 015	n/a	-13%	11 384	1,0%	CEF Transport General envelope
Contribution from Cohesion Fund	1,0%	11 535	n/a	-13%	10 000	0,9%	Contribution from Cohesion Fund
					5 767		Military Mobility
Horizon 2020	7,3%	81 053	n/a	+7%	86 596	7,6%	Horizon Europe
Global Europe + European Development Fund	9,0%	100 038	n/a	+9%	108 929	9,6%	Neighbourhood and the world

*Source of data : MFF2014-2020 http://ec.europa.eu/budget/mff/programmes/index_en.cfm and using deflator to convert from current prices, MFF2021-2027 https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-modern-budget-may2018_en.pdf and part of the fund to UK

**ESF, YEI, Fund for European Aid to the Most Deprived were merged to be compared with ESF+ of the MFF2021-2027

*** less the Health, employment and social innovation programme.

**Source of data : MFF2014-2020 http://ec.europa.eu/budget/mff/programmes/index_en.cfm and using deflator to convert from current prices, MFF2021-2027 https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-modern-budget-may2018_en.pdf and UK national allocation

N.B.: Este quadro resulta de um exercício de comparação orçamental realizado pelo Secretariado da CRPM. Evidencia a evolução do orçamento nas políticas que interessam às Regiões membros e nas rubricas das despesas mais importantes. Estes dados correspondem a estimativas apresentadas pelos membros da CRPM já que não existe um quadro comparativo oficial da Comissão Europeia.

ANEXO 2: Orçamento discriminado proposto pela Comissão Europeia para a Cooperação Territorial Europeia (CTE) 2021-2027:

Segundo a proposta de Regulamento FEDER a futura política de cooperação territorial europeia contará com 5 componentes, com um orçamento total de EUR 8 430 000 000 (preços a 2018), ou seja, 2,5% do total da política de coesão.

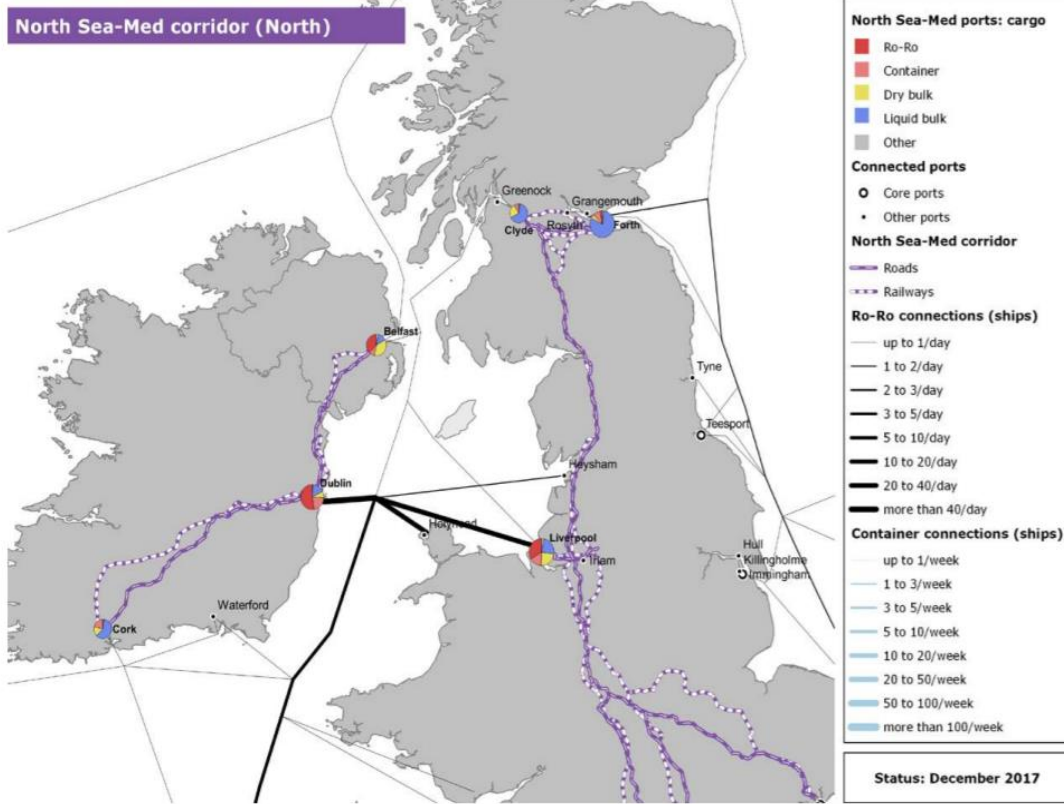
A percentagem máxima de cofinanciamento proposta é 70%.

Componentes	Percentagem da política de coesão	Orçamento total proposto	Evolução em relação a 2014-2020
<i>1ª componente: cooperação transfronteiriça</i>	<i>52,7 %</i>	<i>EUR 4 440 000 000</i>	<i>Em diminuição</i>
<i>2ª componente: cooperação transnacional</i>	<i>31,4 %</i>	<i>EUR 2 649 900 000</i>	<i>Em aumento</i>
<i>3ª componente: Regiões ultraperiféricas</i>	<i>3,2%</i>	<i>EUR 270 100 000</i>	<i>Nova</i>
<i>4ª componente: cooperação inter-regional</i>	<i>1,1%</i>	<i>EUR 100 000 000</i>	<i>Em diminuição</i>
<i>5ª componente: investimentos inovadores inter-regionais (S3)</i>	<i>11,5%</i>	<i>EUR 970 000 000</i>	<i>Nova</i>

ANEXO 3: Mapas atuais dos dois Corredores que dizem respeito às Regiões da Comissão Arco Atlântico: Corredor Mar do Norte-Mediterrâneo (Irlanda e Reino Unido) e Corredor Atlântico (França, Espanha, Portugal)

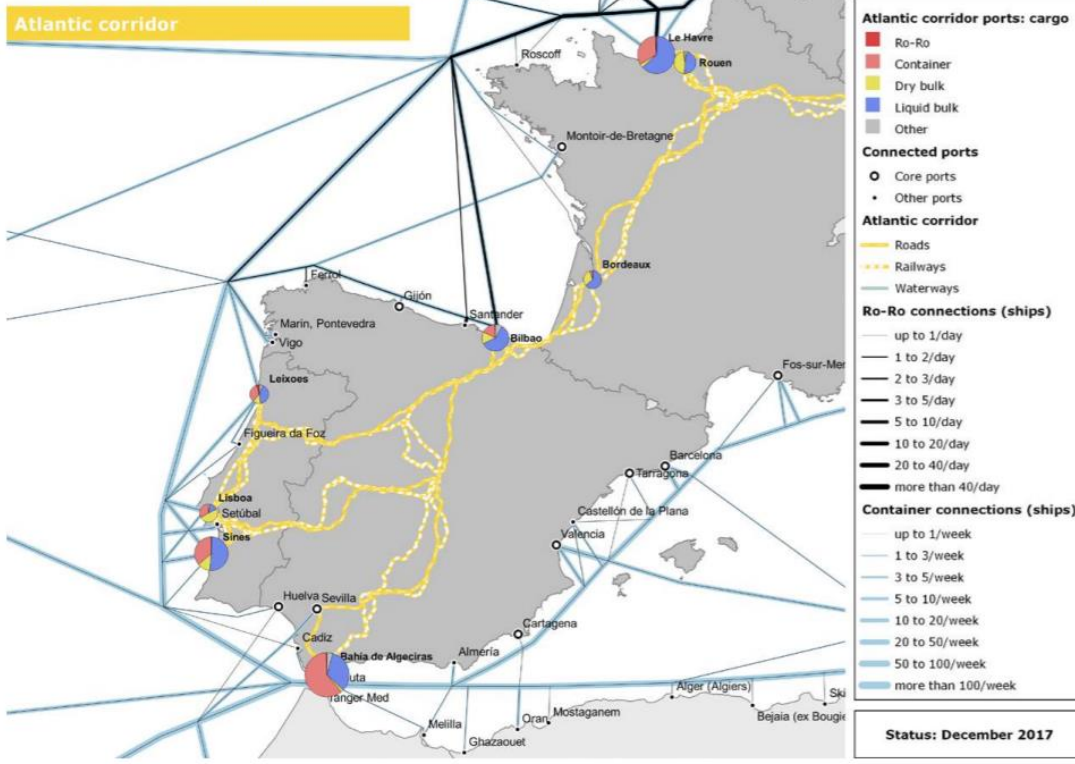
4.8. North Sea-Mediterranean Corridor

Figure 23: International maritime links of the North Sea-Mediterranean Corridor (North) 2017



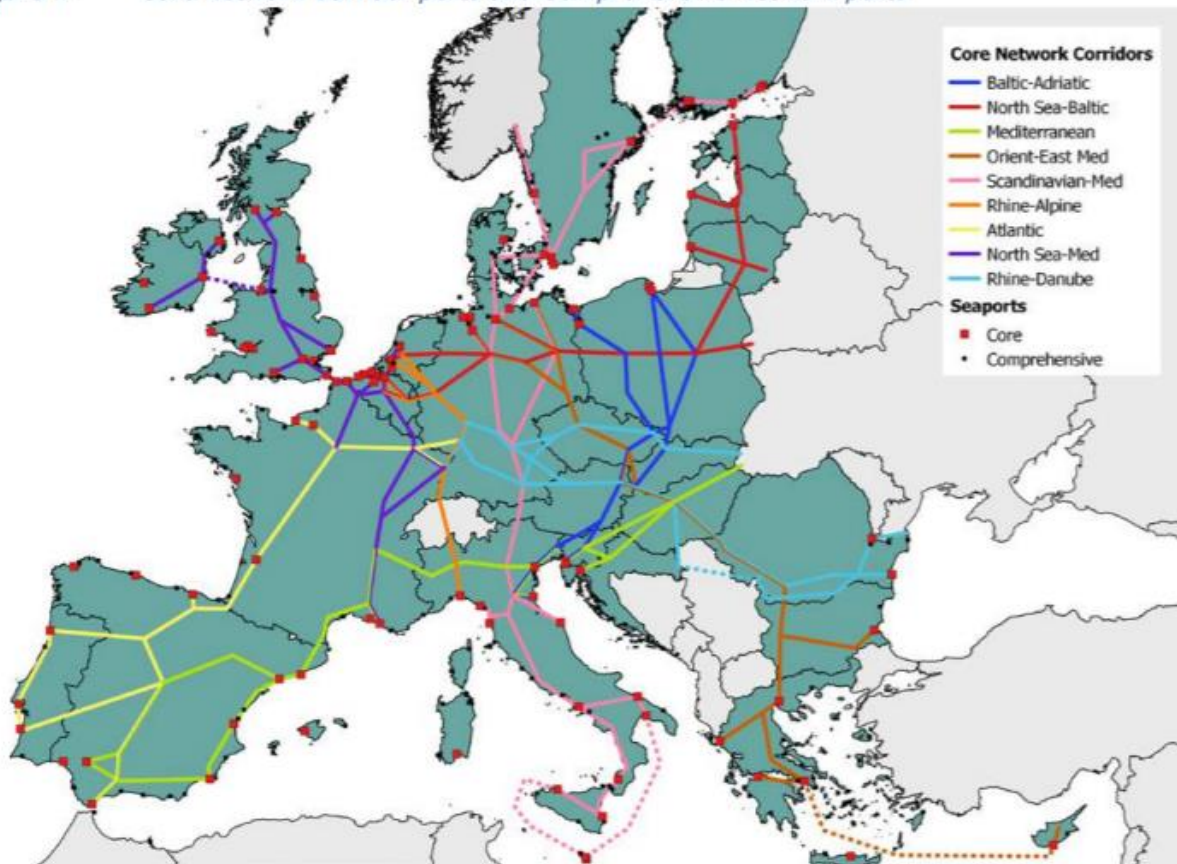
4.7. Atlantic Corridor

Figure 22: International maritime links of the Atlantic Corridor 2017



Mapa dos Corredores e portos da Rede Principal e Global:

Figure 1: Core Network Corridor ports and Comprehensive Network ports



Source: ISL based on Eurostat